

LIVROS E CENSURA NA IMAGEM CINEMATOGRAFICA

BOOKS AND CENSORSHIP IN THE CINEMATOGRAPHIC IMAGE

Conceição Aparecida Tedesqui¹
Terezinha Elisabeth da Silva²

Resumo:

Este trabalho foi desenvolvido com base em obras cinematográficas que mostram acontecimentos acerca da censura e destruição de livros. Aborda questões relacionadas com a destruição do saber e a necessidade de produção do conhecimento, indicando na literatura científica e na ficção cinematográfica, fatos que demonstram a perseguição de livros em determinadas épocas. A análise utiliza os filmes “O Destino”, “Giordano Bruno” e “A Obra em Negro”, apontando a relação entre livros, liberdade de expressão e ordem social.

Palavras-Chave: Censura; Imagens cinematográficas; Destruição de livros.

Abstract:

This paper was developed based on cinematographic images that show facts concerning censorship and book destruction. It deals with issues related to the knowledge destruction and the necessity of knowledge production, indicating in the scientific literature and in the cinematographic fiction, facts that show books discrimination in certain times. The analysis uses the movies “Al Massir”, “Giordano Bruno” and “L'Oeuvre au Noir”, pointing out the relation between books, freedom of speech and social order.

Keywords: Censorship; Cinematographic images; Book destruction.

¹ Universidade Estadual de Londrina (UEL)

² Universidade Estadual de Londrina (UEL)

1 INTRODUÇÃO

Por problemas, principalmente, de ordem econômica a circulação de livros, desde a Idade Média, era restrita a alguns poucos privilegiados. O livro era um “objeto” caro, manuscrito e produzido em pergaminho, que mais tarde foi substituído pelo papel. As possibilidades de reprodução de uma determinada obra aumentaram significativamente no século XV, com a emergência da tipografia pelas mãos do célebre Gutenberg.

Nos séculos XVI e XVII, a proibição de livros e até sua destruição, desencadeou diversas formas de censura. A censura instalada nos tribunais da Inquisição condenava aqueles contrários à fé católica e às vontades políticas da monarquia. Assim, foram vítimas da Inquisição não apenas as pessoas acusadas de heresia, mas também os livros considerados heréticos.

Em âmbito religioso temos a famosa lista de livros proibidos: o *Index Librorum Prohibitorum*, que obteve várias novas edições, sendo a última publicada em 1948, e definitivamente extinta em 1966.

Conflitos e censuras ao redor da existência do livro, influenciaram diretamente o comportamento de parte da sociedade de várias épocas e, conseqüentemente, fizeram a história de ambos.

Este trabalho se desenvolveu com base em obras cinematográficas que mostram acontecimentos em torno da censura de livros e de seus autores. Aborda ainda itens que mantêm estreita relação com a destruição do saber, bem como a necessidade de produção e proteção, mesclando entre a literatura e a simulação, fatos que demonstram e constata a perseguição de livros em determinadas épocas.

Neste caso, os filmes realizam a concepção de realidade, que se pode ter entre a leitura e o fato supostamente real, já que os filmes escolhidos possuem contextos semelhantes e importantes para o objeto de estudo.

2 O PODER DOS LIVROS

Na contemporaneidade a concepção de que os livros são um dos meios pelo qual se concretiza o pensamento humano servindo-se de registros que compõem toda a produção intelectual e literária de uma sociedade, pode apresentar-se como a

mais simples e tranqüila. Isso porque em determinadas épocas, e mesmo recentemente, o livro foi visto por certas camadas da sociedade, como um “objeto” de difícil obtenção, de erudição e, muitas vezes, de poder, seja material e simbólico, ou até mesmo “objeto” de heresia.

Ocorre que desde as civilizações antigas, quando o livro ainda não existia como o conhecemos atualmente, a escrita em si já representava uma via de ascensão social. No Egito a escrita era uma arte restrita a elite, sendo que grande parte da sociedade se sentia realizada por meio dela, e aqueles que possuíam tal conhecimento eram pagos para ensinar outras pessoas, também consideradas privilegiadas.

A Biblioteca de Alexandria, uma das mais famosas da Antiguidade clássica, tornou-se, desde o início de sua existência até sua extinção, um ponto de referência na história do livro e das bibliotecas quando se trata da destruição do saber. Isto se deve ao fato de ter sido incendiada, por volta do século III d. C., perdendo-se um acervo de aproximadamente 700 mil volumes. A causa e motivo desta barbárie, ainda se refaz em meio às controvérsias.

A idéia de esta Biblioteca reunir todos os saberes, implicava em abertura para as culturas estrangeiras, sendo necessária uma política de tradução das obras. Afirma Jacob (2000, p.49) que existiu uma “realidade onipresente de uma dominação lingüística, política, militar e econômica”, e conclui ainda que:

Ela é de fato a expressão de uma vontade simbólica de poder, em que Alexandria, novo centro do mundo, afirma seu predomínio sobre a totalidade do mundo habitado, até seus confins, querendo se apropriar de todos os traços escritos por todos os povos, em todas as línguas e em todos os lugares, e traduzindo-as no espaço lingüístico, cultural e mental do Helenismo (JACOB, 2000, p.49).

Estranho ainda é saber que mesmo com a existência de um grandioso acervo, raros eram seus leitores. Mas, fato é que houve a pretensão de reunir em um só local toda a produção do saber do mundo; inesperadamente, o acervo acabou em chamas cuja origem é desconhecida.

O desaparecimento da Biblioteca de Alexandria representou “[...] o incêndio, a ruína, o esquecimento, a morte: a biblioteca ou o pesadelo da destruição, a obsessão do irremediável, a interrupção brutal da transmissão”. (JACOB, 2000, p.11).

De acordo com Battles, não se sabe como Alexandre, o Grande, imaginou o futuro para Alexandria quando conquistou esse território; mas sabe-se que havia sinais de prosperidade na cidade. Desse modo, Sater, um antigo general e amigo de Alexandre, “teve a idéia de construir uma biblioteca capaz de concentrar em si toda a sabedoria acumulada pelo mundo grego, dando a seus herdeiros domínios sobre ela”. (BATTLES, 2003, p.32).

A quantidade de livros reunidos em Alexandria acarretou uma nova visão sobre o valor do conhecimento, pois a intenção de acumular tudo o que estava disponível transformou-se, aos olhos dos alexandrinos, na sensação de que o conhecimento fosse “um bem, uma mercadoria, uma forma de capital a ser adquirido e entesourado” (BATTLES, 2003, p.36).

Entretanto, nos períodos de guerras, infortúnio ou decadência, esta centralização do poder era um problema, pois, como diz Battles (2003, p.36), “toda a literatura contida ali estaria condenada a ter o mesmo destino que a biblioteca”.

Sabe-se que

As bibliotecas estão envolvidas tanto na descoberta da verdade quanto em sua destruição para satisfazer o espírito bárbaro de príncipes, presidentes e aspirantes ao trono. A destruição de uma biblioteca é, muito freqüentemente, o resultado do medo, da ignorância e da cobiça de seus supostos benfeitores e patronos (BATTLES, 2003, p.37).

Na Idade Média, com o surgimento do feudalismo, grandes mudanças ocorreram na organização social, econômica e religiosa da sociedade. Em meio a essas transformações há a contribuição de Gutenberg com a invenção da tipografia, acontecimento que contribuiu com a idéia de difusão do conhecimento, ganhando força no final da época moderna.

Com o surgimento das universidades, viu-se também a necessidade de recuperação do conhecimento humano nas fontes existentes e disponíveis, já que os leitores não possuíam acesso aos poucos exemplares de manuscritos feitos pelos copistas. Nessa época os monges copistas produziam os livros de forma lenta; a confecção era demorada porque os livros eram considerados verdadeiras obras de arte, além disso, o pergaminho escasso elevava o custo dos livros.

De acordo com Verger (1999) “o valor de um livro era, para um homem do saber, simultaneamente simbólico e material. Cuidadosamente conservados dentro de um cofre ou armário, os livros proclamavam a ciência de seu proprietário”.

O poder de ordem econômica, que possibilitava a poucas pessoas a oportunidade de possuírem livros desejados, propiciava a seus detentores a idéia de erudição e intelectualidade; porém, a questão religiosa também era um empecilho para os leitores. Na época medieval a igreja católica, por exemplo, ditava normas e exercia grande influência na organização social, afetando a liberdade de expressão daqueles que tinham o poder eclesiástico.

A igreja medieval pode ser caracterizada como uma instituição que traçou sua própria hierarquia para que pudesse realizar e supervisionar seus ofícios religiosos, além de orientar em relação aos dogmas, obras sociais e paganismo.

Para Franco Junior (1992, p.107)

Num primeiro momento, a organização da hierarquia eclesiástica visava a consolidação da recente vitória do cristianismo. A seguir, a aproximação com os poderes políticos garantia a igreja maiores possibilidades de atuação. Assim uma terceira fase, o corpo eclesiástico separou-se completamente da sociedade laica e procurou dirigi-la, buscando desde fins do século XI erguer uma teocracia que esteve em vias de se concretizar em princípios do século XIII. Contudo, por fim, as transformações que a cristandade conhecera ao longo desse tempo inviabilizaram o projeto papel e prepararam sua maior crise, a reforma protestante do século XVI.

O poder adquirido pela igreja na idade média criou-se em meio a contradições que serviram de base para sua consolidação e expansão. Exemplo disso é que a igreja, “ao negar diversos aspectos da civilização romana, criava condições de aproximação com os germanos”. (FRANCO JUNIOR, 1992, p. 107).

Assim, a igreja origina-se em pleno Império Romano e pelas lacunas deixadas por este império, até que nos fins do século IV identificou-se com o Estado, e foi levada ao reconhecimento de religião oficial e dominante daquele Império.

Porém, toda essa organização hierárquica contribuiu de forma paradoxal com o surgimento das heresias, pois “estas eram produto do sincretismo que fazia a força, mas também a fraqueza do cristianismo”. (FRANCO JUNIOR, 1992, p.109).

Tal ocorrência é parte contribuinte para o destaque que o cristianismo alcançou. Entretanto, conseqüentemente, os ensinamentos cristãos tornaram-se passíveis de variadas interpretações. Dessa maneira, de acordo com autor supracitado

Portanto, heresia é, do ponto de vista da igreja, um desvio dogmático, ou seja, uma interpretação discordante do pensamento oficial do clero cristão, e que por isso mesmo coloca em perigo a unidade de fé (FRANCO JUNIOR, 1992, p. 109).

Assim, a heresia nascia das diferentes conotações dadas aos ensinamentos cristãos. Tais distorções surgiam em razão da existência de correntes contrárias ao cristianismo.

Com o tempo, demonstrada a incompetência do clero para conter as heresias, criam-se tribunais para os julgamentos, fato que, aos poucos, ficou conhecido como “inquisição”. Portanto, a Inquisição foi a forma encontrada pela igreja para punir os crimes contra a fé católica. Na maioria das vezes, os casos de heresia eram condenados à fogueira.

A Inquisição propriamente dita, nasceu da intenção de prevenir toda e qualquer manifestação de heresia que pudesse ameaçar os dogmas da doutrina cristã. No fim do século XVII a Igreja Romana, sentindo-se prejudicada pelas contestações, que incluíam “críticas e dúvidas sobre a verdade absoluta da mensagem da igreja”, decretou que os indivíduos de idéias contrárias a da Igreja deveriam ser considerados hereges (NOVINSKY, 1982, p. 18).

De origem grega (*hairesis*) e do latim (*haeresis*), herege significa a contrariação da doutrina estabelecida pela Igreja, em matéria de fé.

A heresia era a ruptura das imposições estabelecidas muitas vezes pela Igreja, ou mesmo pelo Estado, em que estas instituições insistiam em manter edificada uma estrutura social tradicional. Aqueles que escolhiam caminhos ou verdades distintas das estabelecidos eram considerados hereges e, conseqüentemente, eram também perseguidos e punidos por atos tidos como perversivos.

Para que pudesse haver maior eficácia, as perseguições da Igreja recebiam o apoio do Estado. De acordo com Novinsky (1982, p.18) “a Inquisição Medieval exterminou comunidades inteiras, dizimou populações e queimou milhares de indivíduos”. Havia outras punições como a excomunhão, confisco de bens, exílio, prisão perpétua, açoites, dentre outras.

Segundo Novinsky (1982, p.21), na Espanha e Portugal nos séculos XVI, XVII e XVIII, a Inquisição alcançou o ápice de sua existência. Unindo interesses

comuns entre facções de poderes como o da coroa, da nobreza e do clero, o tribunal, durante séculos, foi base e garantia para manter a estrutura tradicional do regime sob controle, seja na religião ou na política.

Os motivos considerados heréticos estavam entre os mais variados como, por exemplo, feitiçaria, bruxaria, bigamia, blasfêmia, luteranismo, muçulmanismo. A partir do século XVIII surgiram outros tipos de crimes, como aponta Novinsky (1982), e estes novos crimes estavam principalmente ligados ao campo das idéias como: o racionalismo, aos afrancesados e as heresias dos libertinos.

Curiosamente, a destruição dos livros contou com o fogo como aliado, cuja potência causou a extinção de milhares de livros, além de muitos pensadores ou simplesmente os detentores de livros.

Segundo Baez (2006) há, sem dúvida, várias explicações para a escolha deste método destrutivo, ressaltando o fogo como elemento significativo para o desenvolvimento das civilizações. É que, ao usar o potencial destruidor do fogo o homem brinca de ser Deus, dono da vida e da morte. O autor acrescenta ainda que:

A razão do uso do fogo é evidente: reduz o espírito de uma obra a matéria. Se se queima um homem, ele é reduzido aos seus quatro elementos principais (carbono, hidrogênio, oxigênio e nitrogênio); se se queima o papel, a racionalidade intemporal deixa de ser racionalidade para se converter em cinzas. Além, disso, há um detalhe visual. Quem viu algo queimado reconhece a inegável cor preta. O claro se torna escuro (BAEZ, 2006, p.26).

Em meados do século XV, na passagem da Idade Média para a Moderna, o surgimento da imprensa fez com que uma significativa valorização da leitura atingisse toda a Europa, principalmente porque a sociedade estava em pleno Renascimento, movimento caracterizado pelo espírito crítico e racionalista.

Durante toda a sociedade moderna havia grande preocupação com a proliferação de leitores. Segundo Chartier (1999, p.105) “leitores demais, leitura demais”, estes eram os dois temas que prevaleciam na sociedade no Antigo Regime e que revelavam o modelo estatal inflexível da época. Para o estado isso era sinônimo de uma grande desordem social, devido à evolução educacional, pois a população dos colégios posteriormente seria universitária. Assim, abandonariam os afazeres de sua terra para se dedicarem ao letrismo, causando o enfraquecimento do Estado.

Tais idéias são típicas das preocupações de ordem econômica, social e mercantilista que assombravam o Estado, uma vez que a abertura democrática e a mobilidade social favoreciam a multiplicação dos leitores (CHARTIER, 1999).

A preocupação com o crescente hábito da leitura ocorre desde 1520, como observa Chartier (1999, p. 109), quando Lutero, após divulgar amplamente a Bíblia, “tem um movimento de recuo e percebe que ela suscita interpretações – a dos anabatistas, por exemplo – política e socialmente perigosa”. Dessa forma, a saída encontrada é a retomada do catecismo.

Para Chartier (1999) o medo do excesso de livros é muito antigo, pois já em épocas em que a produção não era significativa, a maioria dos leitores não tinha condições de selecionar boas leituras, o que levava os leitores a serem “asfixiados” pela escrita. “Em suma, eles lêem aquilo que jamais deveriam ter lido. Portanto, a idéia de proliferação das leituras incontroladas anda de mãos dadas com a da multiplicação dos leitores incontroláveis” (CHARTIER, 1999, p.110).

Vale lembrar ainda que transformações econômicas e sociais, como a Revolução Industrial e os progressos científicos, resultaram num movimento conhecido como Iluminismo, cujas idéias originaram alguns princípios a serem defendidos. Dentre eles podemos destacar a liberdade de culto e de expressão.

Em muitos momentos o ato da leitura fez com que os poderes, como os eclesiásticos, coloniais, monárquicos, republicanos, contra-revolucionários ou mesmo familiares, imaginassem que a relação do leitor com os textos exercia influências suspeitas no comportamento daqueles que praticavam os mais diversos tipos de leitura.

É fato que inúmeras vezes, e por diversos motivos, o livro foi considerado um objeto de intelectualidade e ascensão, ao passo que esta qualidade o transformou, em muitos casos, em motivo de conflitos em torno do imaginado poder que eles podiam abrigar.

Cânfora (2000, p.236) nos aponta que “haveria, pois uma relação problemática entre os livros e o poder. Na escala da história, nos confrontamos com dados contraditórios”. O autor analisa duas vertentes: uma é o poder político que construiu bibliotecas, como exemplo, a dinastia dos Ptolomeus; e a outra, o poder que exerce controle com atrocidades no que diz respeito à circulação e à existência dos livros.

Percebe-se, então que a extinção do conhecimento se dá por meio de uma verdadeira dualidade: destruir para preservar. Destruir aquilo que julgam ser malevolente, para preservar a ideologia de ordem moral, social e cultural.

3 A CENSURA DE LIVROS E O TRIBUNAL DA SANTA INQUISIÇÃO: REPRESENTAÇÕES CINEMATOGRÁFICAS

Posteriormente à propagação dos livros e, conseqüentemente, à idéia de sua democratização, ocorreu uma situação paradoxal. As autoridades, durante algum tempo, viram seus princípios morais e sociais, ameaçados por esta sociedade que num dado momento passara a ter acesso, aos livros, com mais facilidade.

A descentralização de acesso aos livros possibilitou também o acesso à informação e a difusão do conhecimento. Assim, visto como o disseminador de idéias, o livro passou a ser censurado e perseguido; autores foram exilados, e até hoje em alguns países, proíbe-se a circulação de alguns títulos (CARVALHO, 1999, p.32).

De acordo com Martins (1996, p.381) “[...] é inegável que o primeiro cuidado de todas as religiões, ideologias, políticas e correntes de pensamento é instituir o seu próprio código de censura”. Porém, historicamente, o índice dos livros proibidos tornou-se o método mais célebre de todas as formas de aplicação da censura, por ser predominante do Ocidente.

Alguns autores como Escarpit (1976) e Febvre (2000) consideram que o livro desempenhou um papel significante na expansão da Reforma Protestante. Como afirma Febvre (1992, p. 372):

Talvez nunca um só livro, só por si, tenha convencido alguém. Mas, mesmo sem persuadir o leitor, o livro é, em todo o caso, a prova tangível de uma convicção, materializada pela sua posse; fornece igualmente argumentos aqueles que já estão convencidos, permitindo lhes aprofundar e documentar a sua fé, dando-lhes elementos que os ajudarão a triunfar nas discussões e arregimentar os indecisos.

O livro seria então mais uma heresia, entre todas as outras que a igreja arrolava (FEBRVE, 1992).

Assim, a igreja de Roma seguindo o ponto de vista ortodoxo católico, publicou as listas *Index Librorum Prohibitorum* também conhecidas como *Index*

Expurgatorius. Tais listas arrolavam os livros e determinados autores considerados heréticos, e portanto proibidos a moral.

A primeira lista foi elaborada pelo Papa Paulo IV em 1559, onde foram enumerados diversos títulos. Criou-se em 1571 a congregação do *Index* que tinha a finalidade de supervisionar a elaboração das listagens.

Diz-se que o *Index* chegou a atingir quarenta revisões, seja para incluir ou retirar. Finalmente extinto em 1966, a última edição foi publicada em 1948.

Já o Tribunal da Santa Inquisição foi consolidado em 1231 pela bula do papa Gregório IX, embora anteriormente já fosse reconhecido como instituição oficial ligada a questões da igreja. A inquisição medieval teve seu auge nos primeiros decênios do século XII e perdeu, gradativamente, sua força por volta do século XV. Entretanto, na Península Ibérica continuou exercendo importante papel durante a Idade Moderna.

O Tribunal do Santo Ofício iniciou-se na França, expandindo-se também por grande parte da Europa.

Segundo Gonzaga (1993, p.98)

Através da inquisição, unem-se mais fortemente os dois poderes e reafirma-se a doutrina política baseada na idéia das “duas espadas”: a da igreja e a do rei, delegados ambas por Deus para o exercício da autoridade nas duas esferas, espiritual e temporal, com supremacia da primeira. Tanto a justiça comum como a canônica devem trabalhar conjugadamente, somando esforços no sentido de manter a fé, a ordem e a moralidade públicas.

Ainda de acordo com o autor, não houve mudanças substanciais na administração da instituição, mas sim um reforço das realizações já existentes. Assim, a Igreja buscou maior eficiência na aplicação de sua justiça, utilizando-se de regras mais severas.

Para a visualização de tais acontecimentos, além de todos os indicativos textuais – documentais ou bibliográficos – existentes a respeito de momentos em que produção literária, autores e detentores de certos livros são censurados, têm-se também como referência as fontes imagéticas. Neste caso, a imagem cinematográfica é de grande valia para representar as formas como se realizavam as destruições de livros considerados proibidos, além de mostrar também os tipos de perseguições contra os leitores.

A imagem – fixa ou em movimento – é um importante instrumento de representação da realidade e tem sido auxiliar fundamental para a compreensão dos aspectos sociais e dos fatos históricos.

Equivocadamente, criou-se o hábito de associar os sistemas de representação e a capacidade de expressão ao alfabetismo, isto é, à linguagem verbal escrita (CALADO, 1994). Isso ocorre porque os registros escritos são vistos, por muitos, como o meio hegemônico de informação. Como afirma Silva (2003), “o mundo dos livros ainda é, para muitos, o lugar onde a informação está armazenada e o lugar exclusivo do conhecimento – aquele conhecimento, por assim dizer autorizado”.

Assim, a imagem ainda é vista como algo espontâneo e que não exige aprendizagem. Porém, para Calado (1994) esta é uma visão que é preciso repudiar, embora não se pretenda reduzir o mundo da imagem e da palavra a um só sistema de representação porque, “estes dois mundos correspondem, de facto, a dois modos de representação e de significação da realidade que devem complementar-se, não opor-se nem igualar-se” (CALADO, 1994, p.33).

Ainda de acordo com a autora

O que defendemos é que não deve deixar-se a imagem ao abandono das instituições e que só dominando conceptualmente a sua estrutura podemos perceber e usar as suas potencialidades. Advogaremos que uma imagem não substitui uma imagem: pelas suas propriedades estruturais, a imagem está mais apta que o discurso verbal a representar, nomeadamente, realidades organizacionais (capacidades superior de representação das relações espaciais) (CALADO, 1994, p.33).

No caso deste trabalho, trata-se da representação da imagem em movimento, a imagem cinematográfica, e os filmes selecionados para análise podem servir tanto à representação “documental” dos fatos históricos, quanto à função educativa. O tema central – livros e censura –, encontra-se bem representado em tais filmes, que servem como fonte de informação para os interessados no assunto.

Entretanto, é preciso destacar que muitas vezes a produção de um filme encontra nas referências bibliográficas do assunto que se pretende abordar, verdadeiras aliadas para sua realização, isto é, a produção é guiada por documentações bibliográficas que possibilitam a concretização e a aproximação do imaginado com o fato real.

Dessa forma, as representações cinematográficas escolhidas, proporcionam por intermédio da análise, verificar de que forma a idéia de repressão aos livros e à leitura ocorre na imagem fílmica.

Os filmes “*O destino*” (1998) de Youssef Chahine, “*Giordano Bruno*” (1973) de Giuliano Montaldo e “*Obra em negro*” (1987) de André Delvaux, constituem-se três obras cinematográficas que tratam a questão da destruição de livros e do conhecimento. Cada uma destas possui distintas formas de abordagem e lugares de desenvolvimento de narrativa, porém, o ápice das tramas trata do mesmo fato: a censura de livros, de idéias e de liberdade de expressão e a destruição do conhecimento.

Tais fatos que acompanharam a existência tumultuada dos livros ao longo dos séculos podem ser observados no contexto das narrativas dos filmes citados.

3.1 O Destino de Averroès

No século XI, a Espanha conquistada pelos árabes iniciou a reconquista das terras invadidas. A Espanha cristã englobava vários Estados independentes. A maioria situava-se no norte da península pobre e, em contrapartida, os árabes instalaram-se nas ricas províncias do sul.

Andaluzia, uma das províncias mais ricas e povoadas da Europa, pertencia e dependia do califado. Por isso seus habitantes tornaram-se adeptos da cultura árabe, e houve até cristãos convertidos ao Islamismo.

Em “*O Destino*” a história acontece no século XII em torno do filósofo e juiz supremo de Andaluzia, Averroès, que possuiu muitos seguidores e admiradores de suas idéias e de seu trabalho. Entre seus discípulos estavam Nasser e Abdallah, filhos do Imperador Califa Al Mansur. Este também conservava simpatia por Averroès, embora tenha sido, com o tempo, influenciado pelo antigo juiz, Xeque Riad, a questionar seu comportamento e decretar a “captura” de seus livros.

Neste filme as obras de um filósofo foram alvo de perseguições e destruições, na tentativa de conter idéias consideradas prejudiciais às pretensões institucionais. Ele mostra ainda as diferenças culturais entre a civilização islâmica e a cristã.

A perseguição dos escritos de Averroés foi manipulada por bárbaros que queriam acabar com a cultura mulçumana, almejando ainda a idéia de promulgar

uma lei chamada *Fatwa*, que significaria “o ato de fé de teus livros – e seria a eliminação total da obra de Averroés, como se ele não tivesse existido”. (*Fala do Califa Al Mansur*)

Embora tal lei ainda não tivesse sido concretizada, um incêndio proposital (provocado por Xeque Riad) ocorrido na casa de Averroés, destruiu todos os livros que ali estavam. Porém, Youssef, um de seus discípulos, havia feito cópias de suas obras, o que serviu de consolo para muitos diante do fogo que se alastrava. Averroés observa tal ação dizendo:

Ele procura dificultar nossa tarefa. Quer calar-nos, quer nos aterrorizar. É diabólico. É um crime motivado por interesses doentios... pelo poder, muitos sacrificam tudo pelo poder. (*Fala de Averroès*)

Baez (2006) relembra o medo que os homens sentiam das invasões dos bárbaros. O autor retrata um trecho das *Institutiones* de Casiodoro, político e monge, que ao se referir a um tratado de música de um tal de Albino e seu exemplar numa biblioteca de Roma, teria dito a seguinte frase: “[...] se essa cópia desaparecer nas invasões dos bárbaros, você tem uma cópia de Gaudêncio aqui em seu lugar” (BAEZ, 2006, p. 121). Isso fez com que Casiodoro em 540, criasse uma escola de copistas e uma biblioteca para conservar textos antigos. O mesmo ocorre séculos depois com Youssef, quando decide defender a existência dos escritos de Averroés contra as tentativas de destruição. Porém, neste caso não foi a intenção preservar os textos em bibliotecas, mas sim espalhá-los por todos os lugares possíveis.

A necessidade de manter intactas as obras do filósofo fez com que amigos e discípulos, com tamanha vontade e mesmo sem o conhecimento de Averroès, organizassem antecipadamente entre si e produzissem – assim como os copistas – mais exemplares das obras existentes, para que fossem levados para além das fronteiras do Islã. Isto faria com que, mesmo sendo destruídas as obras que estavam próximas, haveria outras em diferentes lugares como, por exemplo, o Egito onde alguns livros se “refugiaram”.

Tal iniciativa impediria que as obras fossem extintas e preservaria a existência de Averroès. Assim disse Youssef numa carta de despedida e agradecimento: “mas o que há de mais maravilhoso do que salvar livros que irão iluminar a humanidade?”.

Embora mantivesse certa proximidade com o Imperador e seus filhos, isto não foi suficiente para privar Averroès de perseguições contra seus escritos e amigos, além da destruição total de seu grande bem, os livros, que amontoados na frente do Reino foram queimados diante de todos, inclusive de seu autor. Diferentemente de outras épocas os autores eram também lançados ao fogo junto com os livros.

Neste momento o filósofo Averroès havia escapado da fogueira. Contudo, mais tarde, no século XVII, em Languedoc, Gerard Breuil foi perseguido e condenado à fogueira da Santa Inquisição, como podemos observar no seguinte relato:

Por ordem da Santa Inquisição, condena o herege Gerard Breuil a morrer pelo fogo junto com seus escritos por desviar-se do caminho do nosso senhor e por ter traduzido a obra do herege Averroès. (Fala do porta voz da Inquisição)

Posterior a Averroès, o sacerdote Tcheco Jan Huss, ou Jean Huss, mártir e precursor da reforma protestante e considerado discípulo de Wycliffe (um sábio da época e adversário da supremacia do Papa), foi queimado vivo pela Santa Inquisição em Constança, em 6 de julho de 1415.

Jan Huss foi acusado de heresia wyclifita. A exigência da retratação dos erros wyclifita havia sido determinada pelo Papa através da bula de 1419, juntamente com a detenção de Huss e a queima de seus livros. Como Huss era adepto a doutrina de Wycliffe, os escritos que possuía sobre as idéias deste sábio foram todos queimados.

No dia de sua execução usou um chapéu de papel com a seguinte inscrição: *Hic Est Hoere Siarcha* (eis o herege). Huss foi levado a um terreno vazio, despido e amarrado a um poste com lenhas ao seu redor.

Em Languedoc, Gerard Breuil foi perseguido tempos depois por possuir escrito de Averroès, e o mesmo ocorreu em 1416 quando um discípulo de Jan Huss, Jerônimo de Praga, também seria imolado na fogueira da inquisição.

3.2 Giordano Bruno e a Inquisição

O filme Giordano Bruno trata do filósofo e escritor do século XVI e XVII que se ocupa da ciência, da política e da religião. Giordano prega sua própria filosofia de vida, levantando certos questionamentos da vida e outros relacionados à Igreja e sua doutrina. Antes de se firmar como filósofo foi sacerdote, o que contribuiu posteriormente com sua própria perseguição, em função de seus escritos terem sido vistos como heresia e atentado à fé cristã e à moral.

Giordano, ao ir para Veneza, recebe um pedido do Mocenigo Giovanni para que lhe ensine magia. Quando o pedido é recusado, Giovanni apresenta uma suposta heresia de Giordano, dizendo entre outras coisas que *“Giordano Bruno crê que a alma fica passando de corpo em corpo, não na vida eterna”* (Fala de Mocenigo). As acusações foram suficientes para que a vida do filósofo fosse investigada e ele fosse posteriormente levado para julgamento no Tribunal da Santa Inquisição.

A Inquisição, como se viu, foi uma das formas de repressão mais marcantes entre as Idades Média e Moderna. De ordem religiosa, foi uma das instituições:

mais severas criadas pelos ser humano para combater a dissidência e o pensamento heterodoxo. Sua atividade representou na Europa, e nos países onde atuou, um terrível período de censura, perseguição, tortura e destruição de vidas humanas e livros. (BAEZ, 2006, p.159).

Martim Lutero, por exemplo, foi um dos perseguidos por essa instituição. Em razão da preocupação com a expansão de sua doutrina protestante, seus livros e efígies foram queimados pela população influenciada pelo papa Leão X, que proibiu a leitura, e por Carlos V, que ordenou a destruição.

O Protestantismo abalou o clero Romano mais com os êxitos sociais, do que com suas proposições, levando em 1542 à constituição da Congregação da Inquisição ou Santo Ofício, pelo Papa Paulo III.

Frei Luis de Leon também sofreu dois processos de censura. Segundo Baez (2006), pela “audácia de seu pensamento”, sendo o primeiro em 1572 por ser acusado de resistência ao texto da Vulgata Latina da Bíblia e por traduzir diretamente do hebraico o “Cantar dos Cantares”. Por isso ficou preso de 1572 a 1576, e foi novamente recluso em 1582 por defender o jesuíta Prudêncio de Montemayor. O humanista Francisco Sánchez também não se livrou de ser levado

ao Tribunal da Inquisição quando suas considerações sobre o culto católico foram consideradas heréticas.

Com Giordano Bruno não foi diferente, levado ao tribunal de Roma depois de uma votação no senado de Veneza, foi acusado de tentar propor uma reforma na igreja, além de causar desordem moral e religiosa. A Igreja tentou várias vezes convencê-lo que o ideal seria negar tudo que havia dito, pois seus escritos haviam causado sua prisão. Mas Giordano, conhecedor de suas ciências, não voltou atrás e confessou ainda que em Nápoles, por volta de 1575 tivera dois processos que o afastaram da batina e da religião.

O filósofo não renunciou a nenhuma teoria e resistiu bravamente às torturas físicas e mentais aplicadas pelo Tribunal, fazendo o seguinte discurso:

Quando disse... que os processos usados pela Igreja, não são o dos Apóstolos, porque a Igreja usa o poder e não o amor... quando eu disse isso não estava enganado. Quando disse... que a minha filosofia, é a livre procura e não o dogma, não estava errado. Eu errei... Quando acreditei poder pedir a Igreja que combatesse um sistema de superstição, de ignorância, de violência. Errei... eu... quando acreditei poder reformar a condição dos homens coma a ajuda deste, ou daquele príncipe. Vi todas as tentativas que fiz... quanta morte. Henrique III da França (sangue); Rainha Elizabeth da Inglaterra (sangue); Rodolfo II da Áustria (sangue); e até o monarca que se clama sentar mais alto que todos, mas que esta noite não vejo nesta audiência (sangue). Quanta morte... que poder tem o poder de reformar o poder? Que ingenuidade. Queriam minha confissão? Já obtiveram. É a confissão de um derrota (Fala de Giordano Bruno).

No discurso de Giordano fica evidente sua revolta contra o poder eclesiástico e sua doutrina, além de evidenciar o conflito existente entre a ciência, a religião e a monarquia. A confissão, que segundo ele é a “de um derrota”, foi o argumento necessário para que o Tribunal aplicasse a sentença final, responsável por levá-lo a morrer queimado em praça pública, na fogueira da Inquisição.

Entretanto, a execução era camuflada, uma vez que se realizava através do governo, que induzia a Igreja com insinuações do tipo: *“a Igreja não permite derramamento de sangue. Fará o que ditar sua consciência”* (Fala de chefe do Tribunal).

Considerado culpado por suas idéias, Giordano Bruno, como muitos outros, foi sentenciado de acordo com o Tribunal da Santa Inquisição.

Hoje 8 de fevereiro de 1600. Ano jubileu, dizemos, pronunciamos, decretamos, sentenciamos você, Giordano Bruno: herege, impenitente, pertinaz e obstinado e, portanto incurso em todas as censuras eclesiásticas e penas impostas pelos sacros cânones. E como tal degradamos verbalmente de todas as ordens maiores e menores e o banimos de nosso foro eclesiástico e da nossa Santa Imaculada igreja, de cuja misericórdia se tornou indigno. Além disso, condenamos e proibimos todos os seus livros e escritos como heréticos e errôneos, mandando que sejam destruídos, e queimados publicamente na praça de São Pedro, em frente à grande escadaria, e que, portanto, eles sejam incluídos no índice de livros proibidos. Entregamos você ao governador de Roma para que se sujeite às penas devidas, pedindo-lhe, no entanto, que queira cuidar eficazmente da sua pessoa e que você não sofra qualquer mutilação da carne... após terem verificado e atestado sua conformidade com o texto estabelecido por este Santíssimo Tribunal. (Fala do porta voz da Inquisição)

3.3 Zénon entre a Ficção e a Realidade

Mudanças sócio-econômicas provocadas pela transição do Feudalismo para o Capitalismo, ocasionaram a reforma religiosa, e esta, por sua vez, foi responsável por encaminhar o homem à modernidade.

A reforma protestante de Lutero e seus protestos contra os dogmas da Igreja Católica provocaram a contra-reforma ou reforma católica. A contra-reforma surgiu para deter os reformistas e a expansão de idéias de espírito crítico e individualismo, além de visar a reestruturação da Igreja Católica.

Assim, a partir do século XVI os processos de reformas religiosas apoiadas pelo Renascimento, abalaram as estruturas da Igreja Católica que já não eram fortes como antes. As idéias baseadas na ciência, verdade e razão, ocasionaram a continuidade e a necessidade de fortificação da doutrina e também do Tribunal da Santa Inquisição. O *Index* foi uma forma de tentar impedir a onda dos protestantes.

Neste contexto, o filme “*A Obra em Negro*”, como “*Giordano Bruno*”, é mais uma referência cinematográfica que aborda a censura contra a produção e expansão do conhecimento, além de ambos se referirem as histórias reais e semelhantes de dois filósofos. Entretanto, “*A Obra em Negro*” é uma ficção adaptada do livro homônimo da escritora francesa, Marguerite Yourcenar, publicado em 1968.

Neste caso, Zénon, um alquimista e filósofo do século XVI, que aparentemente vive da profissão de médico, esconde aflições entre a moralidade e a

vontade pessoal de mudanças das antigas idéias impostas pela Idade Média. Procurado por dissidência, Zénon percorre o mundo em busca da verdade, utilizando o nome de Sébastien Théus. Como diz ao seu amigo Jean Myers: *“de agora em diante sou Sébastien Théus. Estão à procura do tal de Zénon entre Paris e Lyon... por certos escritos que foram queimados”* (Fala de Zénon)

Zénon conseguiu entrar na cidade de Bruges, em plena efervescência e prática da Inquisição, com a ajuda de seu amigo Monge Prior que se direcionava ao convento da cidade. Em uma época em que tudo se fiscalizava, ao passar pelos guardas e vendo o alívio de Zénon, Senhor Prior diz: *“seus livros não correm mais perigo”*. Percebe-se que os livros assumiam vida própria, e que poderiam ser destruídos não por alguma ação da natureza, ou um acidente qualquer, mas propositalmente, como forma de “calar” a expansão do conhecimento.

Neste clima de tensão, livros aparecem sendo lançados a uma fogueira em plena rua da cidade, o fogo se alimentava e crescia a cada livro jogado. Entre os títulos vê-se: “Tratado do Mundo Físico” e “Prognosticação das coisas Futuras”.

Nos diálogos são freqüentes comentários a respeito dos escritos e da busca pela razão, além, é claro, da necessidade de proteger os livros que possuíam.

Zénon acrescenta que aparentemente, pensa-se na Reforma, porém:

O espanhol persegue os reformados e os queima. Os evangelistas reformados degolam os anabatistas... e o estado de Liège se enriquece fornecendo armas a ambas as partes. E o que ouvimos cada vez menos, são os gritos dos supliciados (Fala de Zénon).

Este é, sem dúvida, um dos questionamentos da época, já que o poder da Igreja interferia há tempos na vida da sociedade, e que, embora houvesse necessidade de mudança, qualquer tentativa ocorria em meio a tumultos que retardavam a esperada e concreta mudança.

Novamente, no filme a *“Obra em Negro”* é possível identificar cenas que mostram como se aplicavam os julgamentos no Tribunal ao réu e diante dos demais presentes. “O senhor negou a autoridade da Igreja e das escrituras. O senhor apóstata renegou Deus”, estes são argumentos de Pierre Lê Coq, Procurador da Santa Inquisição, contra Zénon. Na seqüência, complementa:

Basta um homem podre para que uma casa apodreça. Basta uma casa podre para que uma cidade apodreça. Basta uma cidade para

que um país apodreça. Só existe um remédio... para afastar o alimento patológico do ciclo normal: Extirpar esse pecado que é, em si, uma doença. Reprimi-lo, expulsá-lo, queimá-lo (Fala do Procurador Pierre Lê Coq).

Contudo, diferentemente de *“O Destino”* e *“Giordano Bruno”*, em *“A Obra em Negro”*, percebe-se no personagem Zénon alguém que vive, na ficção, a realidade dos fatos que realmente existiram, as perseguições e as penas da Inquisição, que não apenas dizimaram pessoas, mas também os livros.

Exemplo de pessoa comum que também sofreu com a Inquisição é Domenico Scandella, conhecido como Menocchio, conforme descreve Carlo Ginzburg (1987). Logicamente há tantos outros que certamente desconhecemos.

Menocchio foi um camponês que viveu na Itália no século XVI em meio à difusão da imprensa e a reforma Protestante. Era um camponês alfabetizado que tinha acesso à leitura e aos livros proibidos. Tal atribuição é algo raro para a época, e talvez seja este um dos motivos que mais despertou a atenção da Inquisição e dos historiadores.

Suas idéias e opiniões giram em torno de assuntos como morte corporal e espiritual, Igreja rica e corrupta, Igreja pobre e pura, e fantasias de um “mundo novo”. Segundo Ginzburg (1987, p. 157) Menocchio teria dito ao inquisidor: “meu espírito era elevado; Desejava que existisse um mundo novo e um novo modo de viver, pois a igreja não vai bem e não deveria ter tanta pompa”.

Suas idéias deixaram os inquisidores perplexos, mas confusos sobre “a qual heresia relacionar as idéias de Menocchio?” (GINZBURG, 1987, p. 152).

Curiosidades à parte, Menocchio foi considerado herege e perseguido, sendo julgado por duas vezes. Em 5 de Junho de 1599 o Cardeal de Sabta Severina, respondendo ao inquisidor de Aquiléia e Concórdia, escreveu pedindo que se desse o meio mais rápido à prisão de Menocchio. De acordo com Ginzburg (1987, p. 232), “ordenava também que fossem confiscados seus livros e seus escritos”.

Em 14 de agosto uma nova carta foi enviada pelo cardeal, e um mês depois Menocchio foi condenado à morte. Embora tenha sido prorrogada sua execução, diante da pressão, o moleiro foi executado pelo Santo Ofício.

Nesta mesma época, por volta de 1599, o processo do ex-frade Giordano Bruno estava sendo concluído.

Como Menocchio, o moleiro que se destacou e se tornou notório para o mundo no século XX, o personagem de ficção Zénon é um exemplo claro da realidade e a censura de idéias e comportamentos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho tencionou relatar como a censura, a perseguição e a destruição de livros são representadas pelo cinema em algumas obras cinematográficas previamente selecionadas.

O texto escrito adquiriu, ao longo dos tempos, uma espécie de hegemonia e supremacia sobre os outros textos. Entretanto, neste trabalho, vê-se texto e imagem não como elementos discordantes e sim que contribuem para um mesmo objetivo. Assim, a imagem passa a servir como um suporte a mais para abrigo do conhecimento, possibilitando ainda uma maior aproximação do imaginado com o real.

Nos filmes utilizados para análise do tema em questão diversos foram os acontecimentos que retratados na imagem, conferem com o descrito em obras literárias. Dois dos filmes, “*Giordano Bruno*” e “*O Destino*”, referem-se a filósofos que realmente existiram e que muito contribuíram com seus pensamentos. Já o filme “*A Obra em Negro*”, que também retrata a vida de um filósofo, é obra da ficção, ainda que esta ficção trate de questões históricas reais.

Essas três obras cinematográficas mencionam em suas narrativas a censura de livros. Percebe-se que os três filmes contribuem para a descrição e a compreensão dos acontecimentos e são, por isso, importantes fontes de informação. Há, entre a literatura científica – e a ficcional – e a imagem cinematográfica, pontos em comum a respeito da censura, da destruição de livros e da punição de autores.

REFERÊNCIAS

BAEZ, Fernando. **História Universal da destruição dos livros**: das tábuas sumérias à guerra do Iraque. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

BATTLES, Matthew. **A conturbada história das bibliotecas**. São Paulo: Planeta Brasil, 2003.

CALADO, Isabel. **A utilização educativa das imagens**. Portugal: Porto Editora, 1994.

CANFORA, Luciano. As bibliotecas antigas e a história dos textos. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian. **O poder das bibliotecas**: a memória dos livros no ocidente. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

CARVALHO, Kátia de. **Travessia das letras**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. Conversações com Jean Lebrun. São Paulo: UNESP, 1999.

O DESTINO (Al Massir). Direção: Youssef Chahine. Produção: Humbert Balsan e Gabriel Khoury. Paris: Ognon Pictures, 1987. (135 min.). DVD.

ESCARPIT, Robert. **A revolução do livro**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/INL, 1976.

FEBVRE, Lucien. **O aparecimento do livro**. São Paulo: UNESP, 1992.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **Idade média**: nascimento do ocidente. São Paulo: Brasiliense, 1992.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: companhia das letras, 1987.

GIORDANO BRUNO (Idem). Direção: Giuliano Montaldo. Produção: Oceano Vieira de Melo. França: Globo, 1973. (116 min.). DVD.

GONZAGA, João Bernardino. **A inquisição em seu mundo**. São Paulo: Saraiva, 1993.

JACOB, Christian. Ler para escrever: navegações alexandrinas. In: O PODER das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca. São Paulo: Editora Ática, 1996.

NOVINSKY, Anita Waingort. **A inquisição**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

A OBRA EM NEGRO (L'Oeuvre au Noir). Direção: André Delvaux. EUA, 1997. DVD.

SILVA, Terezinha Elisabeth da. Montag e a memória perdida: notas sobre *Fahrenheit 451* de François Truffaut. **Perspect. Cienc. Inf.**, Belo Horizonte, v.8, n.1, p.78-87, jan./jun., 2003.

VERGER, Jacques. **Homens e saber na idade média**: Os livros na idade média. Bauru: EDUSC, 1999.